

Missão vai rever relatório de CPI

Contas no exterior também vêm sendo vasculhadas, diz Santoro

ANDRÉIA LOPES E
LUCIANA LIMA

“Agora é hora de agir”, afirmou o coordenador da missão especial de combate ao crime organizado, subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro. Ontem, em sua primeira visita ao Espírito Santo após o início dos trabalhos do grupo, ele anunciou que contas no exterior já estão sendo vasculhadas e que um outro procurador federal, Marcelo Serra Azul, que também integra a missão, foi designado para rever todo o relatório da CPI Nacional do Narcotráfico – que sugeriu o indiciamento de dezenas de pessoas no Estado, incluindo advogados, empresários, delegados e políticos.

O que mais chamou a atenção de Santoro no Espírito Santo, segundo relatou, foram “os índices de violência, as movimentações financeiras suspeitas, o poderio econômico e as ameaças de morte”, assim como a “lavagem de dinheiro e o jogo do bicho”.

Mostrando-se preocupado em apresentar resultados



Evaristo Borges

Investigação

Segundo José Roberto Santoro, o Ministério Público se instalou no Espírito Santo e ‘só vai levantar daqui quando tiver resultados’

concretos e rápidos à sociedade, Santoro disse que os procuradores da República investigarão “fatos”, evitando citar os nomes das pessoas que estão sob investigação. “O Ministério Público veio, se instalou no Espírito Santo e só vai levantar daqui quando tiver resultados”, garantiu.

Santoro acompanhou os trabalhos da CPI Nacional do Narcotráfico no Acre e em

São Paulo. O subprocurador também conhecia os “problemas” do Espírito Santo já que, em 1994, elaborou um relatório sobre violação dos direitos humanos no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).

“Na época da CPI, não havia uma ligação forte do Espírito Santo com o narcotráfico. O novo relatório que foi elaborado pelo CDDPH faz

com que a gente leia o relatório da CPI do Narcotráfico de forma diferente”, disse.

Na tarde de ontem, o subprocurador-geral da República se reuniu com o delegado da Receita Federal no Espírito Santo, Caio Marcos Cândido, que passou informações a Santoro sobre “pessoas” e sobre o “patrimônio de pessoas” que estão sob investigação.

DECLARAÇÕES DO COORDENADOR

TRABALHOS

“Eu acho que passamos da fase de diagnóstico e estamos na fase de agir. Algumas ações não são transparentes para o grande público. Temos que planejar, pensar e ver a melhor forma de atuar”

AMEAÇAS DE MORTE

“As ameaças de morte preocupam não só os procuradores, mas todos os cidadãos. Em 1994, época em que eu participei da elaboração de um relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, tínhamos uma realidade aqui e, agora, essa realidade está completamente mudada”

INTERVENÇÃO FEDERAL

“Sendo otimista, o Supremo Tribunal Federal julgaria o processo de intervenção em três meses. Mas

TEMPO DE ATUAÇÃO

“Não estou preocupado com o tempo, estou preocupado com a qualidade”

CONTAS NO EXTERIOR

“Estamos fazendo muitas coisas, inclusive isso. Não vou falar quantas contas e nem quantas pessoas”

CPI DO NARCOTRÁFICO

“A revisão do relatório já está sendo feita. O procurador Marcelo Serra Azul já está fazendo esse trabalho”

GRAVIDADE

“A situação do Espírito Santo é grave. Espero que a missão possa acabar com o crime organizado. No Acre, conseguimos acabar: 57 pessoas foram presas. Mas eu não posso fazer



Atuação do Ministério Público Federal

O coordenador dos trabalhos da missão especial, subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, anunciou ontem ações no combate ao crime organizado no Estado. Confira o que está sendo feito:

Acções



Rastreamento de contas no exterior



Revisão do relatório da CPI Nacional do Narcotráfico no que diz respeito ao Espírito Santo



Análise do relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Os dados serão cruzados com o relatório da CPI Nacional do Narcotráfico



Investigação sobre os desvios de verbas públicas



Investigação dos casos de lavagem de dinheiro em:
I - gastos de campanha
II - crimes de pistolagem

Foto: procuradores da República

A Gazeta Ed. de Arte

Procurador já tem poder para processar

Os poderes dos cinco procuradores da República que atuam na missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo foram ampliados. A confirmação foi feita ontem pelo subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, que atua nos casos junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo competência para processar governadores de Estado, conselheiros do Tribunal de Contas e desembargadores.

A novidade está na ampliação dos poderes do procurador da República, Ronaldo Albo, que atua no Rio Grande do

gundo escalão. Os processos que tramitam no primeiro grau da Justiça Federal ficam sob a competência do procurador Henrique Herkenhoff. A medida, segundo os procuradores, dá “autonomia” e “flexibilidade” à missão.

Considerado um dos mais experientes procuradores da República, Santoro ficou conhecido, entre outros trabalhos, pelas investigações feitas no Acre, que levaram à prisão de 57 pessoas, entre elas o ex-deputado federal Hildebrando Pascoal.

Santoro retornou ontem para Brasília. Pela manhã

Anistia pede ação urgente no Estado

Genebra – A Anistia Internacional, uma das principais organizações não-governamentais (ONGs) do mundo, cobra uma ação urgente do Governo federal no Espírito Santo para investigar a corrupção, os abusos contra os direitos humanos e o crime organizado no Estado. A ONG alerta que, nas últimas semanas, mais de 50 defensores dos direitos humanos no Espírito Santo receberam ameaças de morte. Diante dessas ameaças, a Anistia quer que Brasília dê apoio político e econômico para que a situação do

dezembro de 2001, o Governo federal também havia prometido criar uma força-tarefa para investigar o crime e trabalho escravo no Sul do Pará. “Até hoje essa missão não foi enviada ao Estado”, afirma a ONG.

No caso do Espírito Santo, a Anistia acredita que o Governo federal deve tomar quatro iniciativas para garantir a eficácia do grupo de investigação: estabelecer um mandato claro ao grupo, garantir a transparência e imparcialidade nas investigações, estabelecer em

Os poderes dos cinco procuradores da República que atuam na missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo foram ampliados. A confirmação foi feita ontem pelo subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, que atua nos casos junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo competência para processar governadores de Estado, conselheiros do Tribunal de Contas e desembargadores.

A novidade está na ampliação dos poderes do procurador da República, Ronaldo Albo, que atua no Rio Grande do Sul. Segundo Santoro, o Conselho da Procuradoria Geral da República estava se reunindo para delegar a ele poderes para processar deputados estaduais e autoridades do se-

gundo escalão. Os processos que tramitam no primeiro grau da Justiça Federal ficam sob a competência do procurador Henrique Herkenhoff. A medida, segundo os procuradores, dá "autonomia" e "flexibilidade" à missão.

Considerado um dos mais experientes procuradores da República, Santoro ficou conhecido, entre outros trabalhos, pelas investigações feitas no Acre, que levaram à prisão de 57 pessoas, entre elas o ex-deputado federal Hildebrando Pascoal.

Santoro retornou ontem para Brasília. Pela manhã, ele participou de uma reunião com o superintendente da Polícia Federal, Tito Corrêa. À tarde, foi à sede da Justiça Federal e se reuniu com magistrados.

Desvio de recurso público será investigado

Um dos focos das investigações sobre o crime organizado, segundo o procurador-chefe da República no Espírito Santo, Henrique Herkenhoff, é o desvio de recursos públicos. Uma outra linha de investigação está na lavagem do dinheiro dos recursos desviados.

"A característica do crime organizado, não só no Estado, mas em qualquer lugar, é especializar-se no desvio de verbas públicas. Esse é um trabalho de investigação que estava sendo feito e que continuará. Tanto no Brasil como no exterior existem sistemas para lavagem de dinheiro. As despesas eleitorais ilegais, por exemplo, são custeadas com esses valores; assim como o dinheiro utilizado para pagar os homicídios de encomenda. Todo tipo de despesa ilícita é custeada com dinheiro obtido ilicitamente e aquele que sobra é lavado no Brasil ou no exterior", revelou.

Herkenhoff ressaltou que uma outra forma de lavar dinheiro está na utilização de cassinos legalizados no Brasil e no exterior. "Mas nós não pretendemos adiantar nada sobre as investigações no Espírito Santo", disse.

O procurador-chefe da República participou de todas as reuniões realizadas ontem com José Roberto Santoro, coordenador da missão.

Grupo investigará contas da campanha de Ignácio

As contas de campanha do governador José Ignácio Ferreira (PTN) serão objeto de investigação da missão especial criada pelo Ministério da Justiça para combater o crime organizado no Espírito Santo. Segundo o procurador da República no Rio Grande do Sul, Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo, as investigações do grupo especial do Ministério Público Federal, do qual ele faz parte, vão remeter ao ano de 1998, na análise da prestação de contas do governador.

Albo, que também chegou ontem ao Espírito Santo, observou que não será analisado o aspecto eleitoral da prestação de contas que teve a aprovação da Justiça Eleitoral. "Nós vamos investigar o aspecto criminal de suspeitas de desvio de verba. Quando as investigações começaram conseguimos levantar cerca de 27 irregularidades. Com o prosseguimento das apurações, as irregularidades levantadas passam de 50", disse o procurador.

Albo evitou falar sobre valores desviados. Ele informou que muitos serviços prestados à campanha, que foram declarados pelo governador, só tinham como comprovante um recibo da empresa prestadora.

grande público. Temos que planejar, pensar e ver a melhor forma de atuar"

AMEAÇAS DE MORTE

"As ameaças de morte preocupam não só os procuradores, mas todos os cidadãos. Em 1994, época em que eu participei da elaboração de um relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, tínhamos uma realidade aqui e, agora, essa realidade está completamente mudada"

INTERVENÇÃO FEDERAL

"Sendo otimista, o Supremo Tribunal Federal julgaria o processo de intervenção em três meses. Mas nós não podemos esperar uma decisão judicial em três meses. Temos que apostar que nós temos capacidade de atuação suficiente para debelar qualquer crise"

CONTAS NO EXTERIOR

"Estamos fazendo muitas coisas, inclusive isso. Não vou falar quantas contas e nem quantas pessoas"

CPI DO NARCOTRÁFICO

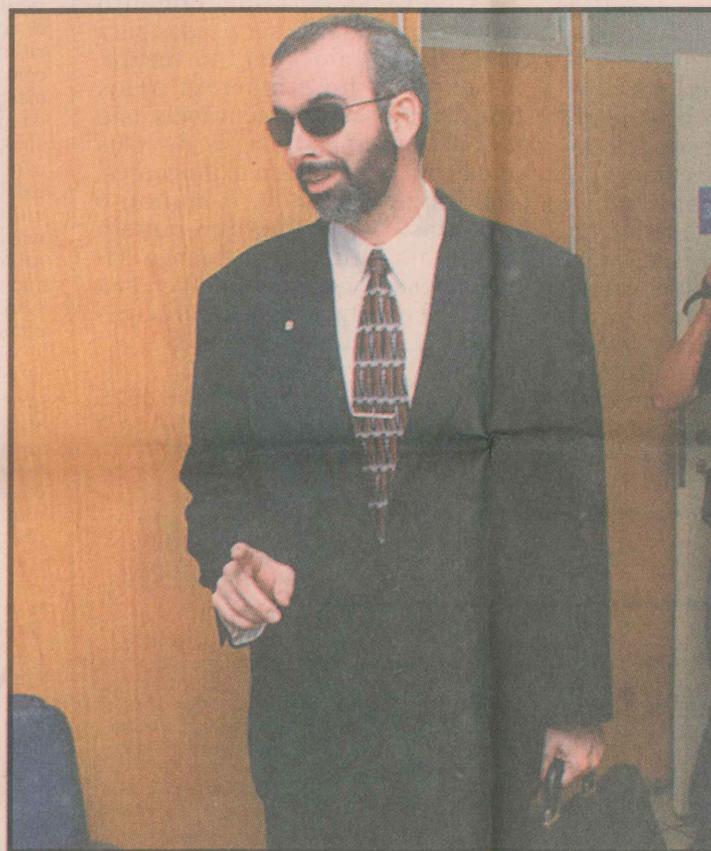
"A revisão do relatório já está sendo feita. O procurador Marcelo Serra Azul já está fazendo esse trabalho"

GRAVIDADE

"A situação do Espírito Santo é grave. Espero que a missão possa acabar com o crime organizado. No Acre, conseguimos acabar: 57 pessoas foram presas. Mas eu não posso fazer comparações entre os dois Estados"

RETORNO

"Volto ao Espírito Santo na próxima semana"



Evaristo Borges

Na mira

Albo: 'Nós vamos investigar o aspecto criminal de suspeitas de desvio de verba'

"Não se pode aceitar recibo como comprovante de prestação de serviço algum. O documento correto é a nota fiscal. O Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral fecharam os olhos para isso e aprovaram as

contas", disse o procurador. Na noite de ontem, o secretário de comunicação do Governo, José Nunes Dias, e assessores do governador foram procurados através de telefone, mas não foram localizados por A GAZETA.

Genebra - A Anistia Internacional, uma das principais organizações não-governamentais (ONGs) do mundo, cobra uma ação urgente do Governo federal no Espírito Santo para investigar a corrupção, os abusos contra os direitos humanos e o crime organizado no Estado. A ONG alerta que, nas últimas semanas, mais de 50 defensores dos direitos humanos no Espírito Santo receberam ameaças de morte. Diante dessas ameaças, a Anistia quer que Brasília dê apoio político e econômico para que a situação do Estado seja investigada.

Há poucas semanas, o Ministério da Justiça criou um grupo especial encarregado de investigar o crime organizado no Estado durante o período de 90 dias. Mas a ONG alerta: "Se não for dado apoio ao grupo, a iniciativa se converterá em mais uma promessa não cumprida no histórico de políticas de direitos humanos do presidente (Fernando Henrique Cardoso)".

A ONG lembra que, em

dezembro de 2001, o Governo federal também havia prometido criar uma força-tarefa para investigar o crime e trabalho escravo no Sul do Pará. "Até hoje essa missão não foi enviada ao Estado", afirma a ONG.

No caso do Espírito Santo, a Anistia acredita que o Governo federal deve tomar quatro iniciativas para garantir a eficácia do grupo de investigação: estabelecer um mandato claro ao grupo, garantir a transparência e imparcialidade nas investigações, estabelecer em quais circunstâncias as investigações poderão continuar depois dos 90 dias previstos e, finalmente, garantir a segurança de juizes procuradores do Estado.

A ONG ainda avisa que irá enviar uma delegação ao Espírito Santo, ainda neste ano, para avaliar o progresso feito pelo grupo especial criado pelo Ministério da Justiça. "A impunidade no Estado precisa acabar", afirmou uma assessora da Anistia ao Estado.

Serviço de denúncia recebe 300 ligações

O disque-denúncia da Polícia Federal completou ontem uma semana de atividade com 300 ligações contendo denúncias contra o crime organizado no Espírito Santo. Este número foi registrado até as 17h15 de ontem. As 300 ligações foram selecionadas, entre centenas de telefonemas, para auxiliarem nos trabalhos de investigação da missão especial.

Segundo a assessoria da Polícia Federal, muitas ligações são desabafos ou ainda refletem brigas e desentendimentos entre pessoas e que não fazem referência ao crime organizado no Estado. Todas as denúncias selecionadas estão sendo mantidas em sigilo pela PF.

A PF informou ontem que o delegado especial para cuidar somente de casos de lavagem de dinheiro deverá chegar ao Estado no início de agosto. O delegado já foi designado, mas o nome dele está sendo mantido em sigilo por determinação do superintendente de PF no Estado, delegado Tito Caetano Corrêa.

PF coleta dados em Itapemirim

Cachoeiro - Sucursal - O relatório com os dados apurados pelos agentes da Polícia Federal sobre as ameaças de morte recebidas pelo advogado Marcos César Mendonça será encaminhado hoje à Superintendência da PF. A informação é do delegado José Valter Teixeira. Segundo o delegado, a superintendência é que decidirá se envia ou não o documento à missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo.

O advogado acompanha as investigações da morte do então prefeito de Itapemirim, Dinowalde Rodrigues Peçanha Júnior, assassinado em maio de 99. Mendonça alega que vem recebendo bilhetes ameaçadores que são deixados embaixo da porta do seu escritório. O pai da vítima, Dinowalde Peçanha, também revelou que sua família vem recebendo ameaças.

O delegado adiantou que medidas serão tomadas. "Ao que tudo indica, a coisa é muito séria", frisou. Agora, a Superintendência da PF é quem deverá definir as próximas medidas cabíveis ao caso.